

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XIV - 13 DE ABRIL DE 2018

LULA NÃO ESTÁ ACIMA DA LEI, MAS PODE ESTAR ABAIXO?

Não há mais dúvidas de que a prisão do ex-presidente Lula não passa de mais uma etapa do golpe político. Mas, é preciso que nos perguntemos: qual é a responsabilidade da Justiça nisso? É importante pensarmos sobre ilegalidades e arbitrariedades cometidas pela PF, MPF e STF em todo esse processo que se inicia com a operação Lava Jato e tem como um de seus desfechos a prisão do ex-presidente mais popular da história do País.

Ao longo das investigações da Lava Jato, tornou-se comum a prática de "vazamentos" ilegais à grande imprensa, incluindo grampo criminoso envolvendo a então presidente Dilma Rousseff. Além disso, houve a absurda e inconstitucional violação do sigilo de advogados de Lula.

Também houve expedição da ordem de prisão de Lula antes mesmo de publicada a sentença do STF (que negou o pedido de *habeas corpus* apresentado pela defesa de Lula) e sem se respeitar o prazo da defesa do ex-presidente para que fosse apresentado o último recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Em outras instâncias, também percebemos alguns trâmites anormais que indicam que Lula não era réu, mas vítima de uma perseguição



política. Destoando da velocidade de outros casos, o ex-presidente foi julgado e condenado na primeira e segunda instâncias em pouco mais de seis meses. No STF, viu seu pedido de *habeas corpus* ser recusado após clara manobra da presidente da Corte, Carmen Lúcia, sob ameaças explícitas do Exército e da Rede Globo.

É importante lembrarmos que a condenação de Lula se baseou no depoimento de Léo Pinheiro, ex-sócio da OAS e condenado pela Lava Jato. Entretanto, seu acordo de delação premiada somente foi aceito no momento em que o empreiteiro incluiu

depoimento acusatório contra o ex-presidente, mesmo que sem provas.

Todos esses fatos não deixam dúvidas do circo montado para tirar Lula do páreo - páreo este que tinha o ex-presidente como favorito nas pesquisas eleitorais, o que colocou em posição de clara ameaça às forças golpistas que desgovernam o Brasil.

O que deixa dúvida é que, ao longo de toda a investigação, muito se ouviu dos operadores da Lava Jato que a lei vale para todos e que não há ninguém acima da lei. Mas, diante de tantas arbitrariedades jurídicas, fica a pergunta: **Lula está abaixo da lei?**

Atos pela liberdade de Lula e retomada da democracia fecham entradas de Belo Horizonte

O Dia Nacional de Mobilização em defesa de Lula Livre e pela retomada da democracia no Brasil, no dia 11 de abril, começou com o bloqueio das principais vias de entrada de Belo Horizonte. Centenas de manifestantes ligados à Frente Brasil Popular bloquearam o trânsito nas avenidas Nossa Senhora do Carmo, Amazonas e Antônio Carlos na manhã da última quarta-feira. Cerca de 400 militantes do MST também fecharam a BR-381 (Fernão Dias), que ligam São Paulo à BH. No fim da tarde, manifestantes se reuniram em um ato na praça Afonso Arinos, no centro da capital mineira.





EDITORIAL

Carta ao companheiro Lula

Não está sendo fácil, companheiro. Sabendo da responsabilidade política e histórica de ousar organizar e conscientizar uma categoria de trabalhadores nesse momento tão crítico, essa diretoria lhe saúda triste, com os olhos marejados. Como você aguenta? Como você está, companheiro Lula?

Não temos vergonha de admitir que muitos de nós, mesmo diante da previsibilidade de mais um golpe, sofrem ainda o baque - político e emocional - de uma injustiça tão simbólica. A esperança, traiçoeira, fazia com que não acreditássemos que eles iriam tão longe.

Para muitos, talvez, possa parecer estranho tanta comoção, tanta identificação em torno de um homem. O que muitos ainda não entenderam é que somos filhos seus, companheiro Lula. Filhos de um mesmo sonho, semeado pelas lutas históricas dessa "peãozada" guerreira que ousou propor um projeto popular para esse País, ainda sob os efeitos da ditadura militar. Filhos de uma geração que pôde provar o gostinho da democracia a serviço do povo e de um esboço de projeto nacional, ainda que com limites e por pouco mais de uma década.

Somos filhos de uma ideia, companheiro. E isso, certamente, acaba com o sono deles.

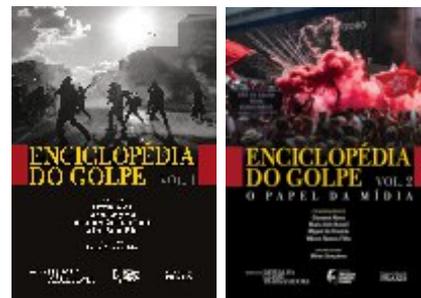
A cabeça tá erguida, Lula. Não será a primeira vez que enfrentaremos obstáculos, não será a última vez que nos sentiremos amedrontados. A esperança, nosso maior vício e nossa principal arma, sempre vencerá o medo.

Diretoria do Sindipetro/MG

Sindipetro/MG sediará lançamento de Enciclopédia do Golpe

O Sindipetro/MG vai sediar, no dia 23 de abril (segunda-feira), o lançamento dos dois volumes da Enciclopédia do Golpe, obra produzida pelo Instituto Defesa da Classe Trabalhadora (Declatra), que analisa o papel das instituições no golpe de 2016. O evento acontecerá às 19 horas, na sede do Sindicato (avenida Barbacena, 242, Barro Preto).

A Enciclopédia do Golpe, em seus dois volumes, reúne artigos em forma de verbetes de intelectuais e acadêmicos de diversas áreas. Em cada texto, a análise de um dos atores do golpe de 2016. A expectativa é que, ao todo, seis volumes sejam publicados.



Sindipetro/MG vai entrar na Justiça contra revogação de liminar contra a Petros

O departamento jurídico do Sindipetro/MG vai entrar nos próximos dias com um Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça de Minas contra a decisão da 28ª Vara Cível de Belo Horizonte que revogou a liminar obtida anteriormente pelo Sindicato contra o plano de equacionamento do PP-1 (processo: 5157049-17.2017.8.13.0024).

A decisão foi proferida após o Sindipetro apresentar petição denunciando o descumprimento da liminar por parte da Petros (que determinou a suspensão das cobranças) e solicitando a aplicação da multa diária fixada, a devolução dos descontos efetuados e, eventualmente, a prisão dos dirigentes da Petros.

O caso de Minas e do Sindipetro Caxias, onde a liminar foi derrubada em razão de um recurso apresentado pela Petros, foram discutidos na última quarta-feira (11) durante o Seminário Nacional sobre o Plano de Equacionamento da Petros, realizado pela FUP em Curitiba (PR). Até o fechamento deste jornal, o seminário ainda não tinha terminado.

Na última segunda-feira (9), a direção da FUP também se reuniu com o diretor executivo de Assuntos Corporativos da Petrobrás, Eberaldo de Almeida Neto, para tratar de assuntos referentes ao Equacionamento do déficit do Plano Petros 1. No entanto, a Federação ainda não divulgou o resultado da reunião.

CALENDÁRIO 2018

ABRIL

- 21:** Inconfidência Mineira. Atos em Ouro Preto;
- 23:** Lançamento dos livros Enciclopédia do Golpe (volume 1 e 2), no Sindipetro/MG;
- 26:** Ato em defesa da Petrobrás no Rio;
- 27 a 29:** 6º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras, em Natal (RN);

MAIO

- 01:** Dia do trabalhador/a em defesa dos Direitos e Liberdade para Lula.



GREVE DOS METALÚRGICOS DE 68 COMPLETA 50 ANOS

Na luta contra o arrocho salarial, metalúrgicos de Minas realizaram a primeira greve do período da ditadura militar e conquistaram 10% de aumento para toda classe trabalhadora

No dia 13 de abril de 1968, aproximadamente 1.200 metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, cruzaram os braços reivindicando reajuste salarial de 25% e melhores condições de trabalho (desde 1964, a classe trabalhadora sofria com uma política de arrocho responsável por corroer mais de 20% do valor médio dos salários).

Desafiando a lei antigreve, aprovada pelo golpe militar de 1964, a categoria criou o Comitê Intersindical Antiarrocho em Minas Gerais e foi responsável pela primeira greve desde o início da ditadura no Brasil.

O movimento foi articulado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem que, nesse período, estava sob intervenção do Ministério do Trabalho e se organizava na clandestinidade.

No terceiro dia de paralisação, a Belgo Mineira fez uma contraproposta para um reajuste de 10%, que foi rejeitada em assembleia. A partir daí, a greve passou a ter a adesão dos trabalhadores da Mannesmann, RCA, SBE e chegou também à fábrica da Belgo, em João Monlevade, e à Acesita, no Vale do Aço - somando 15 mil grevistas no Estado.

A mobilização foi ganhando força e balançou a estrutura da ditadura militar, motivando o então ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, a realizar um pronunciamento conclamando a categoria a voltar ao trabalho pois a greve não era justa, legal ou



Metalúrgicos da Belgo-Mineira, MG. Abril de 1968. Apesp/Fundo Ultima Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 50.

tolerável. Além disso, ele ameaçou intervenção no Sindicato dos Bancários, que acolheu os metalúrgicos grevistas.

No entanto, o discurso teve efeito oposto ao pretendido e a greve se fortalece, fazendo com que o ministro deixasse Brasília para negociar com os trabalhadores em Minas.

No dia 22 de abril de 1968, na tentativa de intimidar os grevistas, Passarinho participou de uma assembleia da categoria na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Alguns dias depois, fez um pronunciamento em rede nacional onde afirmou que a greve era uma transgressão à lei. Além disso, ameaçou os metalúrgicos de demissão por justa causa e autorizou os patrões a descontarem os dias parados e, se necessário, a buscarem os trabalhadores em casa.

Já no dia 24 de abril, o parque

industrial de Contagem foi invadido por cerca de 1.500 policiais militares e as assembleias, a distribuição de boletins e qualquer tipo de aglomeração foram proibidos. No dia 26 de abril daquele ano, os últimos grevistas retornaram ao trabalho.

Porém, para evitar que o movimento grevista se espalhasse, o ministro concedeu reajuste de 10% para a categoria. No dia 1º de maio de 1968, o presidente-militar Costa e Silva assinou um decreto e anunciou a extensão deste aumento para todos os trabalhadores do Brasil.

A greve foi considerada vitoriosa pois trouxe uma melhoria das condições de salário para toda a classe trabalhadora. Por outro lado, ela deu início a uma grande perseguição a membros de comissões de fábricas e sindicalistas, na tentativa de desarticular o movimento operário em Minas.

Homenagem à greve dos metalúrgicos de 1968

Para celebrar a data, o Sindicato dos Metalúrgicos vai realizar uma solenidade em homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras que fizeram parte desta luta. O evento terá a participação do governador Fernando Pimentel, da deputada estadual Marília Campos, do ex-senador Nilmário Miranda, do presidente do Sindicato em 1968, Ênio Seabra. Na abertura das atividades, o músico Alexandre Salles e a cantora Emely Salazar vão apresentar uma canção sobre a greve de 68.

16/04 - 19H

Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem (Rua Camilo Flamarion, 55, Jardim Industrial - Contagem)



FUP COBRA FIM DA REDUÇÃO DE SALÁRIOS DOS TERCEIRIZADOS

No dia 5 de abril, a FUP participou de uma reunião da Comissão de Terceirização com a Petrobrás para tratar dos diversos problemas que afetam os petroleiros terceirizados.

Um dos pontos abordados foi a necessidade de aperfeiçoamento do processo de contratação das empresas prestadoras de serviços para a Petrobrás e Transpetro. Um dos exemplos citados foi a redução de salários e direitos na mudança de contrato. Além disso, foi denunciada a falta de padronização das condições contratuais, folgas suprimidas e até o fato de trabalhadores receberem remuneração abaixo do salário mínimo.

FALTA TRANSPARÊNCIA

Para contribuir na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais pelas empresas contratadas, a FUP e seus sindicatos cobraram o

acesso ao instrumento contratual que, apesar de serem públicos, a Petrobrás não fornece.

FUNDO GARANTIDOR

Uma das principais conquistas da FUP para os petroleiros terceirizados, o fundo garantidor foi criado para evitar que as empresas dêem calote no final do contrato. Mesmo assim, foi reivindicado o aperfeiçoamento do Fundo Garantidor para dar maior agilidade e segurança no pagamento das verbas rescisórias.

REUNIÕES LOCAIS

A FUP solicitou também que sejam realizadas reuniões periódicas com cada sindicato para tratar dos diversos problemas locais que atingem os trabalhadores terceirizados.



Trabalhador terceirizado do Tedut sofre acidente fatal

José Altamir Ozorio, de 63 anos, funcionário da empresa Cross & Freitas, responsável pelos serviços de corte de grama no Terminal da Transpetro em Osório (TEDUT-RS), foi vítima de um acidente fatal, no final da tarde do dia 9 de abril, ao ser atingido pela caçamba do trator que operava.

Segundo relatos de outros trabalhadores, ele sofreu um tombo, quando o trator que operava passou sobre um desnível do terreno, e foi atropelado pela caçamba. José Altamir chegou a ser socorrido com fraturas e submetido a uma cirurgia, mas não resistiu e faleceu no início da noite.

Este foi o segundo acidente fatal registrado em 2018. Nos dois anos, 13 trabalhadores morreram em acidentes no Sistema Petrobrás, dos quais 10 eram terceirizados.

A FUP e seus sindicatos lamentam a morte do trabalhador e irão continuar denunciando a falta de segurança dos terceirizados na Comissão de SMS.

FUP volta a debater precarização da AMS

Em reunião da Comissão de AMS, realizada no dia 4 de abril, a FUP voltou a criticar o descaso da Petrobrás com os beneficiários da Assistência Médica Suplementar, que não estão conseguindo sequer agendar atendimentos básicos, como consultas.

Os dirigentes sindicais responsabilizaram a empresa por problemas recorrentes de gestão e de operacionalização da AMS, o que está precarizando o benefício, comprometendo a qualidade do atendimento e deixando os usuários à própria sorte.

A situação já denunciada em Minas se repete em diversas regiões do País, onde não há postos da AMS. Em todo o estado de São Paulo, por exemplo, onde há várias unidades do Sistema Petrobrás, somente a Replan conta com um posto de atendimento. A situação é ainda mais precária nas regiões Norte e Nordeste, pois 58% dos Postos Avançados da AMS estão concentrados no Sudeste. E no Rio Grande do Sul o posto foi fechado.

No entanto, também onde há

atendimento, os beneficiários reclamam da falta de orientações e informações adequadas, bem como negligência dos canais de comunicação, em função do enxugamento irresponsável feito nas equipes próprias do plano.

Outro ponto bastante debatido na reunião foi a precarização da rede conveniada e as dificuldades de atendimento dos usuários. Apesar da Petrobrás contar com 18 mil credenciados, 57% estão concentrados nas capitais da região Sudeste e mais da metade da rede (56%) são consultórios médicos.

Há também deficiência de atendimento em clínicas, hospitais e serviços especializados, devido aos sucessivos descredenciamentos e à má distribuição da rede. A FUP ressaltou que um dos principais motivos de descredenciamento é o excesso de



Diretores da FUP debatem precarização do atendimento da AMS em Comissão voltada para o assunto

burocracia no pagamento dos conveniados, o que está diretamente relacionado ao sistema de operacionalização da AMS, que está sob responsabilidade da GAMA/CRC.

As direções sindicais cobraram uma apresentação detalhada desse contrato, com um relatório de serviços, procedimentos e atendimentos que vem sendo executados pela operadora.